

**A MAIORIDADE NOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO: DA PREPARAÇÃO AO
DESLIGAMENTO**

**THE AGE OF MAJORITY IN CARE SERVICES: FROM PREPARATION TO
DISCHARGE**

Júlia Borges Scavazzini

Larissa Caroline Ruy

Letícia Teixeira Ayello

Orientadora: Me. Mayara Colleti

RESUMO

O processo de desligamento por maioridade nas instituições de acolhimento é um período que pode apresentar diversos desafios, perpassados por fatores culturais, sociais, econômicos e habitacionais. Diante disso, este estudo qualitativo teve como objetivo compreender as vivências de pessoas que completaram a maioridade no serviço de acolhimento institucional. Participaram seis pessoas, com idade entre 18 e 62 anos. Para a coleta de dados foram utilizados o formulário de dados sociodemográficos e roteiro de entrevista semiestruturada. As entrevistas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas na íntegra para a análise temática. Os resultados serão apresentados em três eixos: (1) A preparação para o desligamento; (2) Rede de apoio durante e após desligamento e (3) Desafios e possibilidades pós desligamento. A análise dos casos revelou que a ausência de apoio estruturado intensificou os desafios enfrentados tanto no momento de desligamento dos jovens quanto no cotidiano subsequente a esse. Essa transição, marcada por desigualdades e desamparo, destaca a urgência de um preparo mais robusto por parte das instituições, bem como a implementação de políticas públicas que garantam um processo de desligamento com apoio contínuo e adequado, visando a inclusão social e a autonomia desses jovens.

Palavras-chave: egressos; acolhimento institucional; preparação; maioridade.

ABSTRACT

The process of aging out of care institutions can present various challenges, influenced by cultural, social, economic, and housing factors. This qualitative study aimed to understand the experiences of individuals who reached adulthood while in institutional care. Six individuals aged between 18 and 62 participated. Data collection methods included a sociodemographic form and a semi-structured interview guide. The interviews were audio-recorded and later fully transcribed for thematic analysis. Results are organized into three main themes: (1) Preparation for discharge; (2) Support network during and after discharge; and (3) Challenges and possibilities post-discharge. The analysis revealed that the lack of structured support intensified the challenges faced by young people both at the time of discharge and in their subsequent daily lives. This transition, marked by inequalities and lack of support, underscores the urgent need for more robust preparation by institutions, along with the implementation of public policies that ensure a discharge process with continuous and adequate support, aiming to promote social inclusion and autonomy for these young people.

Keywords: care leavers; residential care; preparation; age of majority.

INTRODUÇÃO

Ao adentrar cada vez mais na história da infância é possível perceber um regresso não só temporal, mas também em níveis de cuidados e atenção com as crianças. Fenômeno manifestado em diversas esferas, denunciando a precariedade na educação e a falta de proteção contra uma cultura de abusos e negligências (Heywood, 2004). Com o passar do tempo, várias vozes foram levantadas em prol de um olhar mais aprofundado em relação à infância (Rizzini; Pilloti, 2009). No entanto, foi somente no século XX, que novas ideias foram transpostas em políticas de proteção e legislação.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 surgiu como um marco significativo para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. A nova conjuntura política estabeleceu a responsabilidade compartilhada entre a família, a sociedade e o Estado na proteção e defesa dos direitos do público infantojuvenil, resultando, posteriormente, em 1990, na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente

**Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário
Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.**

(ECA), que reforçou o compromisso estatal a este segmento e introduziu a doutrina da proteção integral.

O ECA trouxe mudanças profundas e amplas nas políticas públicas dirigidas à infância e à juventude, proporcionando o surgimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), compreendido como um conjunto de órgãos, entidades, serviços e programas que devem realizar articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente (Brasil, 2006a).

Ante a amplitude das mudanças provocadas e os direitos fundamentais previstos no ECA, destaca-se o direito fundamental de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, que parte da consideração da criança e do adolescente enquanto pessoas em desenvolvimento e que prescindem de valores éticos, morais e cívicos (Barros, 2023). Foi nesse cenário que, em 2006, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) foi elaborado (Brasil, 2006b). O direito à convivência familiar visa garantir que crianças e adolescentes tenham um desenvolvimento integral em um ambiente familiar que lhes assegure educação, proteção e saúde (Brasil 1988; 1990).

Dentre as medidas de proteção cabíveis nos casos em que a criança e/ou adolescente tem seus direitos violados e são expostos a situações de grave risco à sua integridade física ou psíquica, tem-se afastamento do núcleo familiar. Aqui, ressalta-se, à luz do direito à convivência familiar, a excepcionalidade e a provisoriedade são os princípios fundamentais para a medida de proteção de acolhimento institucional (Brasil, 1990). Assim, o afastamento de uma criança ou adolescente do convívio familiar é uma medida que deve ser tomada apenas quando representar o melhor interesse da criança e o menor prejuízo ao seu desenvolvimento (Brasil, 1990). Deve-se fazer todos os esforços para garantir que essas crianças e adolescentes retornem com segurança à convivência familiar o mais rápido possível, por meio da reintegração à sua família original ou estendida, ou, se isso não for possível, para uma família substituta (Brasil, 1990; 2006b).

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

Entretanto, apesar desse esforço ativo na busca reintegração ou inserção das crianças/adolescentes em família, não é incomum que a medida de acolhimento se torne uma situação permanente e que as crianças e adolescentes permaneçam no acolhimento até completar a maioridade, momento em que é necessário desligar-se da instituição. Apesar da política pública prever que estes jovens, ao completar a maioridade, sejam inseridos na modalidade república, as vagas nessas são insuficientes (Barros, 2023). Acumulado a isso, tem-se a demanda complexa de preparar os adolescentes para que eles sejam autônomos financeiramente e emocionalmente aos 18 anos (Brasil, 2009).

O Relatório de Levantamento de adolescentes em situação de acolhimento institucional, realizado pela Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJ-SP nas comarcas do estado, para verificar o acompanhamento de jovens prestes a completar a maioridade, constatou a ausência de um efetivo acompanhamento e de políticas públicas que assegurem autonomia e independência a esses jovens (Tribunal de Justiça de São Paulo, 2019).

Figueiró (2021, p. 55) evidencia que o “desligamento não deve ser visto apenas como saída do abrigo, mas atrelado a um processo de desenvolvimento da autonomia que prepare o jovem para viver na sociedade”. A vida fora do acolhimento é atravessada por uma série de novos desafios, como o autossustento, a continuidade na escolarização, o autocuidado, a inserção no mercado de trabalho e, portanto, deve ser vista como um problema complexo que envolve diversos atores (Barros, 2023). Diante disso, o presente estudo teve como objetivo compreender as vivências de pessoas que completaram a maioridade no serviço de acolhimento institucional.

MÉTODO

Trata-se de um estudo de caráter exploratório, descritivo, de corte transversal, amparado na abordagem qualitativa de pesquisa. Conduzido de acordo com as condutas éticas preconizados na Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Barão de Mauá (CEPBM). Os participantes foram escolhidos por critérios de conveniência, sendo contatados por meio das redes pessoais de contato das pesquisadoras e da técnica

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

“bola de neve”, em que participantes incluídos ou relacionados com as pesquisadoras indicaram/sugeriram outros eventuais participantes.

Foram convidados a participar do estudo homens e mulheres, com idade igual ou superior a 18 anos, que tenham completado a maioridade enquanto estiveram sob cuidados de Instituições de Acolhimento e vivenciaram o processo de preparação para desligamento dessas Instituições. Não houve restrição em termos de grau de escolaridade dos participantes, do tipo de instituição inserida, da cidade em que residem e classificação econômica. Ao final do processo de seleção, a amostra foi composta por seis participantes que responderam a um formulário de dados sociodemográficos e um roteiro de entrevista semiestruturado.

De acordo com a disponibilidade dos participantes, estabeleceu-se a data e horário dos encontros que tiveram uma duração variável, entre uma e duas horas. Os encontros ocorreram de forma remota, realizados por videochamada. Os meios digitais utilizados foram os autorizados pela legislação profissional vigente, ou seja, pela Resolução nº 4, de 26 de março de 2020 do Conselho Federal de Psicologia, garantindo assim, um ambiente seguro e sigiloso para que os entrevistados se sentissem plenamente seguros a compartilhar suas experiências. A coleta de dados foi realizada com Amanda, Marina, Alana, Rafael, Joana e Lara, nomes estes fictícios. Antes de iniciar a coleta de dados, foi explicado a cada participante, de forma detalhada, a natureza e os objetivos do estudo, solicitando que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A ordem de aplicação dos instrumentos foi: Formulário de Dados Sociodemográficos e roteiro de entrevista semiestruturado. A aplicação dos instrumentos foi audiogravada mediante o consentimento das participantes e os registros foram transcritos na íntegra para posterior análise. Os registros audiogravados compuseram o corpus analítico. Por meio da análise temática realizada por duplos juízes, três eixos temáticos foram produzidos: (1) A preparação para o desligamento; (2) Rede de apoio durante e após desligamento e, (3) Desafios e possibilidades pós desligamento. A interpretação dos materiais obtidos foi pautada na literatura disponível sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

Os resultados do presente estudo serão apresentados em duas partes: primeiramente será realizada a caracterização das participantes em termos de nome, idade, cor, escolaridade, profissão/ocupação atual, idade que ingressou na Instituição de Acolhimento, situação da moradia atual e uma breve contextualização de suas histórias de vida, compondo, assim, um eixo descritivo. Posteriormente, serão apresentadas as análises conjuntas das falas dos seis participantes, de forma a expor as categorias temáticas produzidas no processo analítico. O Quadro 1, a seguir, sintetiza as principais informações sobre os participantes.

Quadro 1 - Caracterização dos participantes em termos de idade, cor, escolaridade, profissão, idade que ingressou na instituição e situação de moradia atual

Nome fictício	Idade	Cor	Escolaridade	Profissão	Idade que ingressou na Instituição	Situação de moradia atual
Rafael	18	Preto	Ensino Médio Incompleto	Auxiliar Administrativo	16 anos	Casa Lar
Amanda	23	Parda	Ensino Médio Completo	Autônoma	14 anos	Apartamento próprio
Iara	23	Parda	Superior Completo	Psicóloga	10 anos	Casa cedida
Marina	30	Parda	Superior Completo	Assistente de departamento pessoal	9 anos	Apartamento próprio
Alana	36	Branca	Superior Completo	Bancária	15 anos	Apartamento próprio
Joana	62	Branca	Ensino Médio Completo	Aposentada	3 anos	Casa própria

Fonte: Dados da Pesquisa

Rafael, 18 anos, tem quatro irmãos. Sempre morou com a avó e teve pouco contato com a mãe, que não tinha condições de criá-lo. Aos 16 anos, com a morte da avó, passou a viver em diversas casas de amigos. Conheceu uma pessoa da instituição através da escola e procurou ajuda devido às várias perdas familiares. Rafael passou por duas instituições distintas e acredita que ambas ofereceram esperança para um futuro melhor. No entanto, enfrentou dificuldades na adaptação, devido ao convívio com diversas pessoas. Atualmente, está finalizando o ensino médio e mantém contato distante com uma tia. Ainda morando na instituição, busca, com o apoio de alguns voluntários, uma moradia fixa e estabilidade financeira. Afirmou que a orientação da instituição é muito positiva, mas acredita que o apoio estatal poderia ser mais significativo.

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

Amanda, 23 anos, foi entregue aos cuidados de terceiros por sua mãe biológica logo após o nascimento. Na ocasião, seu suposto pai encontrava-se recolhido ao sistema prisional. Após o cumprimento de sua sentença, ele decidiu buscar pela filha, e, em razão da ausência de documentação legal, Amanda não pôde permanecer com a família que a acolhia, sendo entregue a ele. Posteriormente, constatou-se que Amanda não era filha biológica deste, o que resultou em sua devolução para sua mãe biológica. Amanda enfrentou diversas situações de violência junto à mãe, sendo obrigada a realizar limpezas constantes na casa, recebendo ameaças e sofrendo tentativas de assassinato. Foi então encaminhada para a Instituição de Acolhimento, após várias denúncias infrutíferas feitas pela Instituição de Ensino que frequentava. Ingressou na Instituição de Acolhimento aos 14 anos e, embora aliviada por deixar as situações de violência, passou por um longo processo de adaptação. Após adaptar-se ao novo ambiente, Amanda significou a instituição como um “círculo de proteção”, onde teve a chance de se desenvolver e realizar diversos cursos. Ao completar 18 anos, sabia que precisaria deixar a Instituição de Acolhimento e, o período que antecedeu essa saída trouxe à tona sentimentos de medo e desamparo, culminando em crises e uma tentativa de suicídio. Ao deixar a Instituição, descreve que se viu sem perspectivas e decidiu estabelecer-se com um rapaz que havia conhecido. Durante dois anos sofreu violência física e perdeu dois filhos ainda na gestação, conseguindo romper esse relacionamento com a ajuda de terceiros. Atualmente está noiva e refere relacionamento tranquilo e amparador.

Lara, 23 anos, tem 7 irmãos. Ingressou duas vezes em instituições de acolhimento, sendo a primeira aos 10 anos e depois aos 12 anos, permanecendo até completar a maioridade. A composição familiar sempre foi a mesma, mas era instável, pois o padrasto era alcoolista e sua mãe a abandonou para seguir outro relacionamento. Sem contato com outros parentes ou redes de apoio, assumiu as responsabilidades de cuidar dos irmãos. No entanto, quando foi pela primeira vez para o acolhimento, Lara percebeu que o cuidado que ela e seus irmãos recebiam era maior do que em sua casa. Mesmo assim, desejava voltar, pois ainda tinha um vínculo com o padrasto, e, por fim, conseguiram retornar. Na segunda vez em que foi para o acolhimento conheceu uma educadora, com quem conseguiu se abrir e contar sua história, constatando então que sofria abusos de seu padrasto. Isso fez com que rompesse o vínculo anterior e decidisse que não queria mais sair do acolhimento, mas

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

sim completar a maioria no local. Esse rompimento foi muito complexo, pois a comunidade via o padrasto como um homem exemplar, que havia ficado com as crianças após o abandono da mãe. Por isso, Lara foi muito julgada pelos membros da comunidade e até por seus próprios irmãos. O padrasto enviava cartas contendo ameaças para que Lara não o denunciasse, dizendo que, se o fizesse, os irmãos ficariam sem pai. Relata que, no começo, não havia muita liberdade, mas, com o tempo, isso foi mudando. Como já havia decidido que só sairia da instituição com a maioria, preparou-se para o processo de saída. No entanto, sentiu falta de uma educação financeira que a ajudasse a lidar melhor com seus gastos.

Marina, 30 anos, passou duas vezes por Instituições de Acolhimento. Morava com a mãe e os irmãos quando precisaram sair de casa. Sem alternativa de moradia sua mãe acabou se tornando uma pessoa em situação de rua e Marina, aos 9 anos de idade, foi encaminhada, pela primeira vez, junto aos seus irmãos, para uma Instituição. Ao ingressar na instituição enfrentou grandes dificuldades, particularmente devido ao sofrimento de suas irmãs, um desafio que perdurou até que elas fossem transferidas para outra instituição. Quando tinha 12 anos, suas irmãs e ela foram encaminhadas para adoção. Não se adaptando à nova família, aos 13 anos decide ir ao fórum e pedir para retornar ao Acolhimento. Tendo seu pedido aceito, ingressou na instituição pela segunda vez, onde lá permaneceu. No período da adolescência sentiu dificuldade em adaptar-se as regras e restrições da instituição de acolhimento. Aos 16 anos, apesar de grandes dificuldades em conseguir um emprego, começou a trabalhar e por dois anos tentou juntar dinheiro para o momento de seu desligamento. Antes de sua saída alugou uma casa e refere que se sentiu desesperada, passando dias sem dormir e sem conseguir realizar seus afazeres diários sozinha. Como forma de aliviar esses sentimentos, passou a frequentar a Instituição de Acolhimento todos os dias. Atualmente, mora sozinha e acredita que enfrenta algumas situações com base na sua história de vida.

Alana, 36 anos, foi cuidada por várias famílias durante a sua infância, devido ao uso de substâncias psicoativas por parte de sua mãe. Aos 14 anos, sua mãe decidiu que Alana deveria retornar para casa e, esse retorno foi descrito como um grande choque, pois a adolescente encontrou sua mãe grávida e em condições extremamente precárias e, juntamente com seu irmão, de 8 anos, passou a presenciar seu uso contínuo de drogas, como o *crack*. Após algumas denúncias, o Conselho

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

Tutelar os encaminhou para a Instituição de Acolhimento. Durante sua institucionalização permanecia a maior parte do tempo no trabalho e, ao completar 18 anos, solicitou a guarda de seus irmãos, que na época tinham 3 e 11 anos.

Joana, 62 anos, alemã, tinha seis irmãos, sendo a quarta filha do casal. Entrou na Instituição a primeira vez com 3 anos, após seu genitor ter sido assassinado pela sua mãe, que foi recolhida ao sistema prisional. Ela e os irmãos ficaram morando na delegacia durante um mês, sendo transferidos oito vezes. Sua mãe faleceu no sistema prisional e, assim, Joana permaneceu na Instituição até os 18 anos. Após os 18 anos, fez magistério, mas nunca se encontrou na profissão. Relatou que quando precisou desligar-se da instituição foi colocada em uma casa com mais quatro pessoas: “fiz minha maleta, recebi um pouco de café, banana, um prato, um garfo, uma colher, lençol, coberta e fui”. Afirmou que tinha muito medo, não compreendia as questões da vida, não havia sido ensinada a ir ao mercado, pagar suas próprias contas. Após adaptação forçada, conseguiu outro emprego, onde conheceu uma pessoa e casou-se, tendo dois filhos. A relação foi marcada por agressões físicas e psicológicas, culminando em um ambiente de violência contínua para seus filhos. Atualmente, Joana é aposentada, os dois filhos já possuem suas famílias e, ela alegou que sente muita falta do lado afetivo, algo que nunca conseguiu entregar, pois também nunca recebeu e, por isso, o que mais sentiu falta durante todo seu processo foi afeto.

A preparação para o desligamento

A preparação para o desligamento das instituições de acolhimento ao completar a maioridade é um momento crucial e desafiador na vida dos jovens. Essa transição para a vida adulta demanda um planejamento cuidadoso e abrangente, a fim de assegurar que os jovens se sintam seguros e prontos para enfrentar o novo capítulo de suas vidas. De acordo com Araújo (2022, p. 142), “o momento de desligamento por maioridade é um momento crítico, pois além de perder parte da rede de relações formais que estabeleceu durante o tempo em que esteve acolhido, o jovem perde também as garantias previstas no ECA.”

As falas dos participantes revelaram um forte sentimento de desamparo e incerteza nesse período, onde o desligamento foi vivenciado como evento abrupto, sem a devida preparação para lidar com a autonomia. Essa falta de suporte contribui

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

para um descompasso entre as expectativas e a realidade vivida, dificultando a adaptação à nova fase:

Nossa, me dá até vontade de chorar... Foi muito difícil, porque era como se eu estivesse saindo do meu círculo de proteção, foi um susto para mim quando eu vi que estava perto de sair. Eu não sabia mais o que eu ia fazer, eu estava perdida, mesmo trabalhando. Eu sempre me cuidei sozinha, já sabia cozinhar, lavar, passar e limpar, mas alguma coisa eu sabia que não ia conseguir fazer. Então, foi um susto muito grande, eu senti que estava desamparada. (Amanda, 23 anos)

Eu acho que senti insegurança... Assim, como posso ser mais específica? A insegurança com o futuro mesmo, de não ter com quem contar. Eu tenho o sentimento de que eu tenho que dar certo a qualquer custo, porque se eu der errado, com quem que eu vou contar? E isso foi desde o primeiro dia até hoje. (Marina, 30 anos)

Em relatório realizado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (2019) identificou-se que, no geral, a preparação de jovens que completam a maioridade são restritas à rotina, sendo específicas e pontuais. A ausência de programas de transição eficazes, que ofereçam orientação profissional, educação financeira e apoio nas demandas logísticas, pode tornar o processo de desligamento difícil, expondo-os a situações de vulnerabilidade.

Carvalho (2020) ressalta que o jovem, ao completar a maioridade, se sente incapaz de sair, não só por ter recebido uma formação deficiente e precária, mas também por não lhe ter sido permitido formar-se como um ser social. Ao contrário, formou-se numa espécie de redoma, passando a conhecer apenas aquela realidade do abrigo, alheia ao mundo externo. As entrevistadas Lara e Joana expressam, em suas falas, as dificuldades de lidar com as demandas do cotidiano após deixar a instituição sem o preparo adequado.

Lá no acolhimento, nós tínhamos pouca responsabilidade. Tínhamos tudo praticamente na mão, tinha comida, transporte, roupa, tinha verba para sapato, havia alimento na mão... Tudo a gente tinha, então, se eu quisesse pegar o meu salário e guardar inteiro, eu poderia, porque não tinha nenhum gasto. E aí veio toda essa responsabilidade na minha mão, eu tinha que pagar aluguel, energia, internet, compras, transporte da faculdade... Gente, nossa, era tanto gasto que eu falava “meu Deus do céu, como vou pagar tudo isso?” então o principal desafio foi esse, as responsabilidades. (Lara, 23 anos)

A gente sai de lá com 18 anos, a gente nunca tomou conta de uma casa na vida, e temos que dar conta do nada, então assim, eu já passei por isso, de ter o dinheiro e não saber lidar, e acabar gastando tudo e não ter uma maturidade de separar, de ter uma reserva de emergência, tanto que teve época que eu passei um pouco de perrengue por essa imaturidade de ir lá gastar sem pensar e depois faltar. (Lara, 23 anos)

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

Então, na verdade, eu tive que me virar, né? Porque tinha que pagar o aluguel, no começo foi terrível. Eu não sabia nem o que comprar, não sabia ir no mercado, não tive esse tipo de orientação. Não foi fácil. (Joana, 62 anos)

Outro aspecto crucial ao receber a notícia do desligamento da instituição é o suporte emocional. Esse momento pode ser profundamente angustiante, pois muitos jovens enfrentam incertezas em relação ao futuro. A ausência de apoio emocional durante o tempo em que ainda estão na instituição pode agravar as dificuldades nesse processo de transição e reflete de maneira significativa na adaptação após a sua saída. Para Araújo (2022) a autonomia desses jovens está diretamente relacionada com a forma como os adultos, as instituições e a sociedade avaliam suas capacidades e os riscos de seu entorno, e, sobretudo, as profecias que são lançadas sobre as crianças e adolescentes. Joana compartilhou que essa carência afetiva foi um dos desafios mais difíceis que enfrentou durante a preparação para o seu desligamento, dificultando a sua autonomia em lidar com os desafios.

O que elas tinham a ver com a minha história, né? Sei lá se sabiam da minha história, entendeu? Mas assim, desculpa, modesta a parte, eu era uma mulher bonita, né? Hoje eu sei que eu era bonita, porque nem isso eu achava, eu me achava feia, eu me achava horrorosa, porque as freiras nunca trabalharam isso em mim, autoestima, né? Nunca. Autoestima sempre foi... Eu achava assim, que eu era um lixo. (Joana, 62 anos)

O fator principal foi carinho, não tinha, não existia, a gente era tão carente que quando passava assim, por exemplo, tinha pessoas que iam fazer curso lá, elas passavam e a gente agarrava na mão delas, então para mim assim, o que faltou mesmo foi carinho, não existia, se existisse carinho, se a gente deixasse de ser número, porque a gente era número ali, né? Quem sabe seria diferente da minha vida hoje, né? (Joana, 62 anos)

Além disso, a ausência de políticas públicas adequadas para a preparação dos jovens que deixam instituições de acolhimento representa um grave problema social. Esses jovens, ao completarem a maioridade, são frequentemente lançados no mercado de trabalho e na vida adulta sem o suporte necessário. Barros (2024) menciona que a trajetória de vida dos adolescentes egressos do Serviço de Acolhimento Institucional é marcada pelo não acesso às políticas públicas, nomeadamente às de educação, moradia e profissionalização e são negados a esses jovens os direitos fundamentais elencados na Constituição Federal de 1988 e, em decorrência disso, esse público não é reconhecido e suas necessidades não são percebidas.

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

De acordo com Rafael que está em processo de desligamento institucional, a ausência de políticas públicas é evidente, trazendo um sentimento de solidão ao lidar com essas questões. Amanda também menciona em suas falas a falta de suporte necessário por parte do governo, destacando que teve apoio apenas das funcionárias da instituição.

Então, sobre moradia, estabilização fora da instituição e emprego, esses negócios, quem tá correndo atrás sou eu e mais alguns voluntários que foram me ajudar nisso, né? E os colegas também, né? Então assim, mas agora, orientação não falta aqui. (Rafael, 18 anos)

E o meu ponto de vista é que, assim, orientação, nota 10, perfeito. Porém, ajuda que o Estado, assim, fornece, ajuda que, assim, podemos dizer que tudo que tá envolvido dá ajuda para conseguir se estabilizar lá fora. Eu acho que poderia ser melhor, sabe? Poderia ter mais ajuda, né? Vindo do pessoal de fora. Assim, não como obrigação, né? Mas eu falo do governo. Eu acho que deveria ter um pouco mais de suporte, porque tem casos que, por exemplo, o meu, eu vejo no meu caso que sou um sobrevivente, segundo a minha psicóloga. Eu realmente não vejo nenhuma probabilidade de estabilização, mas aí tem tudo porém, né? (Rafael, 18 anos)

Ah, e agora? Eu acho que foi suficiente porque era o que elas tinham para me oferecer, elas davam o melhor delas, sabe? O governo não ajuda, infelizmente, se não ajudava antes quando eu estava lá, agora então, piorou. Às vezes a gente vivia de doações, os psicólogos às vezes nem recebiam para estar ali com a gente, então, eu sinto que o que elas lá de dentro fizeram para mim, foi o suficiente, sabe? Foi o que elas podiam fazer. (Amanda, 23 anos)

Desse modo, é crucial que as instituições promovam um plano de desligamento individualizado, levando em consideração as particularidades de cada jovem. Isso inclui discutir metas pessoais, avaliar recursos disponíveis e traçar um caminho realista, permitindo que se tornem cidadãos ativos e autoconfiantes. Urge ainda a necessidade de discussão sobre a conveniência de se elaborar uma política pública exclusivamente voltada aos jovens egressos do acolhimento institucional, como forma de mitigar os efeitos da permanência nesses equipamentos públicos e os desafios do desligamento (Barros, 2023).

Rede de apoio durante e após desligamento

Durante o período em que permanecem na instituição de acolhimento, vínculos significativos entre os profissionais responsáveis e o acolhido podem ser criados, laços esses que são fundamentais para o desenvolvimento emocional e social, proporcionando apoio e segurança ao jovem. As participantes Lara, Marina e Amanda

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

relataram sentir segurança, apoio e afeto ao longo de sua permanência nas instituições.

Eu me sentia bem acolhida, não me sentia super sozinha, e até mesmo as outras monitoras, eu tinha apoio, elas às vezes me ajudavam em questões que eu precisava, eu tinha esse apoio (Iara, 23 anos).

Alguns tios eu era um pouco mais apegada, alguns monitores então, eram os que eu mais converso e eles compravam o que eu tinha que levar na escola. Às vezes eu queria alguma coisa, e eu falava "Nossa tia, eu queria uma coisa dessa", e sempre tinha um tio que fazia um agrado [...] (Marina, 30 anos).

Eu 'tava' lá dentro, eu 'tava' segura, eu 'tava' protegida, qualquer coisa que acontecesse comigo eu 'tava' protegida, os tios 'tavam' ali, onde eu ia eles estavam junto, nunca deixavam eu sozinha [...] (Amanda, 23 anos).

Segundo a Cartilha de Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, emitida pelo Centro Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) a instituição deve ser um espaço que proporcione autonomia, de acordo com a necessidade e faixa etária de cada indivíduo, assegurando, simultaneamente, a preservação das redes sociais de apoio, sendo estas definidas como as relações estabelecidas entre indivíduos, grupos e instituições, com o objetivo de atender a necessidades materiais e/ou afetivas. As redes de apoio podem ser classificadas como primárias, abrangendo familiares e amigos, ou secundárias, compostas por instituições governamentais e não governamentais (Brasil, 2009, p. 111). O fortalecimento dessas redes é de suma importância, pois, ao deixar a instituição de acolhimento, o egresso irá se deparar com uma variedade de situações as quais jamais experienciou, ou que não enfrentou de forma independente durante o período em que esteve acolhido. As participantes Joana, Marina e Amanda, expressaram estranheza diante as novas circunstâncias, ansiando e, por vezes, retornando à instituição em busca de apoio.

Eu tive que me adaptar na marra, né? Eu me lembro que eu tinha que lavar a minha roupa e era um tanque que ficava fora. Eu sempre tive problema na garganta, fiquei com a minha garganta tão ruim, que eu falei: meu Deus, e agora quem que vai me acudir? Eu voltei lá no orfanato para pedir socorro. E aí eu fiz cirurgia, né? E fiquei lá, eu pensava que eles iam me recolher de novo. Então foi essa minha experiência boa, que daí eu ainda eu tive um agradozinho, como eu 'tava' com dor de garganta, era sopinha, era gelatina, mas aquilo durou só uns quatro dias e voltei. (Joana, 62 anos)

Eu não sabia o que fazer, na época eu namorava, e eu não conseguia ficar sozinha de jeito nenhum. Não conseguia fazer nada sozinha. Não conseguia dormir, não conseguia fazer nada. Tanto que eu passei muito tempo

Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

frequentando lá, quase todo dia, sabe? Foi um desespero, eu não sei nem explicar. (Marina, 30 anos)

[...] as pessoas realmente eram aquilo que eles falavam para mim, as pessoas eram maldosas, elas não queriam saber o que eu tinha passado ou o que eu não tinha. Independente do meu passado eu tinha que viver, eu tinha apanhado na vida, diferente das outras pessoas, então, foi terrível, foi muito ruim mesmo. E aí, às vezes quando eu sofria as coisas dentro de casa eu queria voltar para a casa lar e eu não podia. (Amanda, 23 anos)

Quando não é feita de maneira eficaz a abordagem de aspectos como a promoção da autonomia e o fortalecimento da convivência comunitária e das redes de apoio, o egresso pode, em função de sua trajetória de vida ou de preparação insuficiente, não ter a possibilidade de recorrer à família. Nesses casos, em momentos de dificuldade, tende-se a buscar o que naquele momento representa sua rede de apoio, a instituição de acolhimento. Carvalho (2020, p. 88) aponta que “os acolhidos não sabem como sair da instituição, pois não foram preparados e acabaram tendo-a como único ponto de apoio e referência”, o que destoaria com o verdadeiro objetivo, produzindo sujeitos institucionalizados.

Podem ser vivenciados, por esses jovens, sentimentos de desamparo, principalmente por não haver possibilidade de retornar à instituição e pela ausência de assistência de redes de apoio secundárias após o desligamento. Na presente pesquisa, nenhum dos participantes foi encaminhado para as Repúblicas e referem a vivência de desamparo tanto no que tange a autonomia financeira quanto no apoio emocional.

Não, eu nunca recebi nada, eu acho que assim que eu saí, porque quando eu saí, eu ainda estava no ensino médio [...] eu ainda fiquei estudando no ensino médio e morando sozinha, aí nesse tempo eu ainda fazia acompanhamento com uma psicóloga do CREAS mas logo depois ela engravidou e me deu alta, e aí eu não fazia mais acompanhamento com nenhum órgão. (Iara, 23 anos)

Infelizmente o governo não dá ajuda, quem dá ajuda são as pessoas que trabalham dentro da Casa Lar e que tem um coração humano. Porque o Governo, realmente só dá um tapinha nas costas e ‘tchau, enquanto você esteve aqui a gente fez o que podia, agora se vira aí’. (Amanda, 23 anos)

Nada, nenhum projeto social, nada, nem da própria prefeitura, nem da própria Casa Lar, nada, absolutamente nada. (Alana, 36 anos)

A ausência de uma rede de apoio consolidada, aliada à falta de preparo adequado para enfrentar os desafios da vida independente, podem intensificar a sensação de vulnerabilidade e insegurança, deixando-os sem recursos para lidar com as adversidades presentes no novo contexto. Segundo Nascimento *et al.* (2022), é

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

somente ao chegar na maioridade que o egresso se depara com a realidade fora do contexto institucional, trazendo questionamentos sobre como será possível conseguir até mesmo o básico.

Vivências de violência pós desligamento também foram relatadas por duas participantes. Joana relata acreditar ter procurado no ex-marido, um pai: “ele era dez anos mais velho que eu, então acho que eu procurei um pai ali, e lógico, eu não tinha maturidade nenhuma pra saber se ele era isso, se ele era aquilo”. Após engravidar do primeiro filho começou a notar diferenças no marido e, aos quatro meses de sua segunda gestação, sem saber que estava grávida, Joana foi agredida. A violência não parou por ali, os filhos presenciam constantes brigas: “ele me ameaçava, ele me estuprava, ele fazia um horror comigo, ele fez tudo o que ele quis e meus filhos viam as brigas, ouviam, viam ele me bater, então, meus filhos sempre viveram naquele ambiente de horror, de briga, de grito, de ameaça”.

Fora da instituição, a participante Amanda descobriu que sua mãe não havia feito os depósitos mensais determinados judicialmente. Sem possibilidade de sustentar-se relata ter aceitado morar com um conhecido: “eu não tinha nenhuma família, eu não sabia para onde ir, não sabia onde morar. Então, quando ele me fez essa proposta, era a única saída que eu tinha, ou eu morava com ele, ou eu morava na rua. Eu não tinha dinheiro suficiente para me bancar.” Amanda residiu durante dois anos com o rapaz, passando por situações de violência: “às vezes quando eu sofria as coisas dentro de casa eu queria voltar para a casa lar e eu não podia”. Tal situação chegou ao fim quando revelou à uma antiga professora a situação: “um belo dia eu contei para ela, eu falei ‘olha eu apanho aqui dentro de casa, eu apanho todos os dias, tá muito difícil para mim’. E foi aí que ela entrou né, falou pra eu ficar tranquila, e no fim de semana ela mandou um caminhão para ir pegar as minhas coisas”.

Situações como as que Joana e Amanda vivenciaram, demonstram a importância de possuir conexões fortalecidas com pessoas de confiança, como educadores, amigos ou membros da comunidade. Conforme Bowlby (1988), a presença de uma rede de apoio social e afetiva eficaz contribui para a prevenção da violência, o fortalecimento de competências e o desenvolvimento do senso de pertencimento, além de melhorar a qualidade das relações interpessoais. Em contrapartida, a falta dessa rede tende a aumentar a vulnerabilidade dos indivíduos diante de situações de risco. Além de moradia, outras questões como uma rede social

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

de apoio e apoio psicossocial são essenciais para os primeiros passos fora da instituição (Araújo, 2022).

Rafael, por sua vez, tem 18 anos e está atualmente em processo de desligamento da instituição, o participante expressa uma visão positiva sobre sua saída.

Eu tô super acreditando que eu vou conseguir, independente do que aconteça, e que como disseram e como eu tô vendo, vai ter pessoas pra me ajudar. Acredito neles e assim, eu também tô fazendo por onde, entende? E é assim, resumindo, minha expectativa tá bem lá em cima. (Rafael, 18 anos)

Em todos os participantes, exceto Rafael, que ainda não concretizou seu desligamento, foram observadas particularidades relacionadas às dificuldades após o desligamento, decorrentes da falta de suporte, assim como os benefícios advindos da existência de uma rede de apoio.

O meu principal apoio foi a Taís, a que eu falei para vocês, que inclusive ela trabalhava no Conselho Tutelar e ainda trabalha, ela está no terceiro mandato, e aí ela foi a principal. Se tivesse no meu celular, número de emergência, era o dela, inclusive a gente até brinca, porque ela só tem 8 anos de diferença de mim, mas a gente fala que ela é minha mãe que me teve aos 8 anos, porque é bem assim, qualquer coisa eu ligava para ela (Iara, 23 anos).

Pra mim era uma coisa tão normal, que eu tinha vivido e aí depois eu falei: “caramba, eu vivi tudo isso mesmo, será que é verdade?”. Por exemplo, eu sou sozinha até hoje, assim, não tenho... não tenho nenhum familiar mesmo, mas eu não sei se é exatamente pela falta de apoio, ou não. Mas eu acho que também afeta. (Marina, 30 anos)

Eu trabalhei durante 4 anos em um mercado, inclusive eu saí recentemente. Foi onde eu conheci esse rapaz que eu estou hoje, ele é mais velho que eu, eu tenho 23 anos e ele tem 41, ele é bem mais velho que eu. É uma pessoa muito boa, já viveu o que tinha que viver, nunca mexeu com nada errado, nem teve nenhum vício. Ele se sente muito triste com minha história de vida, então, ele tenta 100% não deixar nada do que eu passei acontecer hoje, sabe? Ele cuida muito do meu psicológico, mas para ele foi um desafio também (Amanda, 23 anos)

Quando eu me separei, tentei me separar dele, né? E recorri a elas, fui lá pedir socorro né? Poxa, eu tô com dois filhos, “ah não, aqui não dá” então assim, algumas freiras, falavam “vocês são nossas filhas, vocês são filhas”. E se eu sou filha, eu vou procurar minha mãe. Eu não tive. (Joana, 62 anos)

A Márcia nunca deu dinheiro, nunca fez nada do tipo, mas assim, eu lembro quando eu saí da casa Lar, por exemplo, ela fez um chá de panela pra conseguir coisas [...] E foi gente desconhecida, assim, o cara que tava de carro, de carro, traz uma panela, traz uma concha, e assim vai. (Alana, 36 anos)

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

A partir das experiências relatadas, fica evidente a importância das redes de apoio no processo de transição dos jovens egressos de instituições de acolhimento. Durante o período em que estão sob cuidados institucionais, são construídos vínculos que proporcionam segurança e estabilidade emocional do jovem acolhido. No entanto, a saída da instituição marca um momento de vulnerabilidade, em que muitos enfrentam a ausência de redes externas de suporte, o que pode levá-los a situações de risco e desamparo. Essa ausência de suporte reflete uma falha no sistema de proteção social, que se encerra de forma abrupta quando os jovens atingem a maioridade, deixando-os desassistidos em uma fase crucial de suas vidas.

Apesar de existirem programas isolados que busquem auxiliar e promover a autonomia dos egressos após os 18 anos, não existe uma legislação específica que determine o acompanhamento dessas pessoas após deixarem a instituição de acolhimento. A república dos jovens é uma saída que os egressos podem encontrar, entretanto, apesar de existir a possibilidade a realidade é diferente, segundo os dados do censo SUAS, de 2019, existiam apenas 270 vagas para repúblicas no país inteiro, um número que não condiz com a realidade brasileira.

Desafios e possibilidades pós desligamento

Quanto maior o período que o jovem passa na Instituição, mais difícil se torna o restabelecimento de vínculo com a família originária. Dessa forma, muitas crianças e adolescentes irão completar a maioridade na Instituição e serão obrigados a se retirar e, é por essa razão que o processo pós desligamento possui bastante conexão com o estágio preparatório do jovem enquanto residente da Instituição de Acolhimento.

A transição dos egressos para a vida independente é marcada por um complexo conjunto de desafios e inseguranças, sendo para jovens em condições socioeconômicas menos favorecidas, um processo ainda mais árduo. Segundo Barros (2023), para esses jovens existe a necessidade de se preocupar com as questões de subsistência próprias e de suas famílias, em vez de experimentar novas possibilidades, não podendo adiar sua inserção no mercado de trabalho.

A inserção no mercado de trabalho também pode ser marcada por dificuldades e desafios tanto antes quanto após atingida a maioridade, como é trazido pela participante Marina (30 anos): “eu lembro que eu passei por tanta entrevista, tanta

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

entrevista[...] Quando eu falava que morava no orfanato, nossa, eu juro, a cara da pessoa... Não sei se era de dó ou se era de medo, tipo assim, meu Deus, isso é uma bomba”.

Conforme destaca Araújo (2022), a autonomia deve ser um tema abordado e cultivado em todas as fases da vida. Em algumas das entrevistas realizadas, foi possível perceber situações das quais questões como mercado de trabalho, moradia e renda foram trazidas a luz antes da maioridade, culminando em um melhor preparo dos egressos.

Uma coisa muito boa lá do acolhimento é o cuidado que a gente tinha lá, e as oportunidades, então eu consegui entrar num projeto de menor aprendiz da prefeitura (Iara, 23 anos)

Eu sempre trabalhei bem, sempre tive bons empregos, porque eles me inseriram muito rápido no mercado de trabalho, me deram muitos estudos, tudo que era cursos eles me colocavam, então eu vivia dos cursos, das escolas do trabalho para casa (Amanda, 23 anos)

Nesse cenário, a partir das falas das participantes Marina, Iara e Amanda, é possível se deparar com duas vivências acerca da autonomia financeira. A vivência de Marina foi marcada por maiores dificuldades a respeito da orientação e inserção no mercado de trabalho. Enquanto, as participantes Iara e Amanda foram orientadas e inseridas no mercado de trabalho antes do desligamento, o que permitiu que o pós-desligamento fosse menos desafiador no que tange à questão financeira.

A falta de orientação culmina em um sentimento de solidão e desamparo (Camarano, 2004). A responsabilidade com a própria vida, que por si só, já é um marco importante na vida de qualquer indivíduo, se torna mais difícil e desafiadora sem uma rede de apoio, sem orientações financeiras, trabalhistas, emocionais, entre outras, o que faz com que muitos jovens fiquem desamparados como foi o caso de Joana e Rafael.

Eu fiz a minha trouxa, foi assim, uma coisa muito fria, eu fiz a minha maletinha, elas me deram um pouco de café, banana, um prato, um garfo, uma colher pouquinho de banana, uma coberta, um lençol e tchau, do nada, eu saí simplesmente. Foi assim, eu não queria sair, eu tinha medo, eu não queria sair, tinha pavor. (Joana, 62 anos).

Então, sobre moradia, estabilização fora da instituição e emprego, esses negócios, quem tá correndo atrás sou eu e mais alguns voluntários que foram a me ajudar nisso. (Rafael, 18 anos)

A transição para a vida adulta representa não apenas a perda das proteções garantidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas também marca a

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

aproximação do ingresso no mercado de trabalho, que pode ser um desafio ainda maior para os jovens. Embora o Artigo 5º da Constituição Federal garanta que todos são iguais perante a lei, é comum que os jovens egressos de instituições não recebam o suporte e a orientação adequados para uma transição tranquila para a vida adulta, distantes, portanto, da equidade que a Constituição propõe. Nesse contexto, o desligamento da instituição de acolhimento provoca uma ruptura abrupta na proteção que esses jovens recebiam, uma estrutura fundamental para todo o processo pós-desligamento. Como reforça Iara (23 anos) em seu depoimento: “...porque a base de cuidados ela influencia muito em tudo...” Essa perda de suporte básico afeta diretamente a capacidade desses jovens de se inserirem de forma autônoma e digna na sociedade.

Segundo Urie Bronfenbrenner (1996), o ambiente social, especialmente a família, exerce um papel central no desenvolvimento humano. A ausência de uma estrutura de apoio familiar ou institucional assertiva durante essa transição para a vida adulta pode gerar impactos profundos no crescimento emocional e social dos jovens, comprometendo suas oportunidades e o desenvolvimento de sua autoimagem e identidade. Sem um suporte adequado, muitos jovens sentem a pressão para atingir às expectativas, como evidencia o relato de Alana, que descreve a necessidade de ser “perfeita” para ser aceita.

“Então assim, eu sempre fui uma aluna boa, eu sempre fui uma menina que não incomodava, eu sempre fui uma menina que nunca deu problemas, eu não fazia nada de errado, de sair, de pensar, eu nunca fiz nada, porque eu precisava ser perfeita pra poder me encaixar nos lugares, pra sobreviver, pra que todos gostassem de mim, eu precisava que todos gostassem de mim, sabe? Porque eu não ia ser abandonada, eu era mais sobrevivente, mas eu não tinha essa consciência, né?” (Alana, 36 anos)

As declarações dos participantes evidenciam as dificuldades enfrentadas após o processo de desligamento da instituição. Enquanto alguns conseguiram receber maior orientação em determinados aspectos, outros se viram confrontados com extrema solidão, falta de amparo e de preparo, revelando trajetórias diversas entre os participantes após o desligamento. Em ambos os casos, no entanto, foram identificados desafios significativos, destacando a complexidade dessa transição, independentemente do nível de suporte recebido. Entre os exemplos, Rafael, que ainda permanece na instituição, é um caso evidente de como a falta de suporte cria barreiras para a transição efetiva da vida independente. Sem perspectivas claras de independência e orientação, ele enfrenta inseguranças quanto ao seu futuro.

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.

E a pressão foi tipo assim, um prazo de seis meses, né? Digamos assim, deram prazo de seis meses. Já passaram alguns meses, uns bons meses, resumindo, mesmo que tá perto. Até agora, eu não vejo, até agora é a maior pressão, até agora é que eu não vejo como eu poderia me estabilizar lá fora. (Rafael, 18 anos)

No caso de Amanda, ela recebeu uma maior orientação no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho na época do desligamento.

Sim, eu continuei os estudos, terminei, eu tive um preparo. Eu sempre trabalhei bem, sempre tive bons empregos, porque eles me inseriram muito rápido no mercado de trabalho, me deram muitos estudos, tudo que era cursos eles me colocavam, então eu vivia dos cursos, da escola, do trabalho para casa. (Amanda, 23 anos).

A participante Marina, enfrentou muitos obstáculos, revelando como foi atravessada por um estigma associado à sua história no acolhimento, lidando com a ausência de direcionamento e apoio emocional, o que dificultou ainda mais a transição para a independência.

Você acaba tendo que aceitar mais coisas, com mais humilhação, mais... sabe? As pessoas pisando porque você precisa. E eu sinto isso. A pessoa sabe que eu preciso, a pessoa sabe da minha história, a pessoa sabe da minha realidade, então ela sabe que ela pode fazer o que ela quer, que eu vou aceitar, porque eu não tenho outra opção. É mais ou menos isso, eu não sei exatamente se era isso que você precisava saber. (Marina, 30 anos)

Nesse contexto de apoio emocional, a trajetória da participante Joana evidencia diversos desafios: a falta de apoio financeiro e de afeto, resultou em um profundo sentimento de carência, destacando a ausência de humanização e suporte da Instituição no período pré e pós desligamento.

Como eu trabalhava, lógico, não ganhava muito, mas era o suficiente, mas assim, carinho e tipo assim, perdida, tanto que uma vez, quando eu me separei, tentei separar do meu marido, né? E recorri a elas (instituição), fui lá pedir socorro né? Poxa, eu tô com dois filhos, "ah não, aqui não dá." [...] (Joana, 62 anos)

Diferente de outros jovens, Lara enfrentou dificuldades, mas, no aspecto profissional, teve acesso a programas como o Jovem Aprendiz e, dessa forma, conseguiu emprego para manter-se financeiramente, ultrapassando o momento de ruptura com a instituição de forma mais preparada.

Agora para mim não, porque desde quando eu estava lá com 12 anos, eu já decidi que eu ia sair com 18 anos, então eu sabia, e durante todo esse tempo, mais de 5 anos, eu fui me preparando para isso, e aí uma coisa muito boa, que eu ia falar antes mas não falei porque poderia ser das próximas perguntas, muito boa lá do acolhimento é o cuidado que a gente tinha lá, e as oportunidades, então eu consegui entrar num projeto de menor aprendiz da prefeitura, com 14 anos eu entrei e fiquei 1 ano e meio, quase 2 anos, e saí

com 16 anos, e aí desse projeto, eu ganhava experiência e contatos, gente da prefeitura que eu conheço até hoje, e que ajuda muito assim depois no futuro a conseguir outro trabalho. [...] (Iara, 23 anos)

Esse cenário evidencia que diferentes preparações e influências resultam em diversas formas de adaptação à vida adulta. Os jovens que tiveram uma orientação maior, ainda que enfrentando barreiras, conseguiram se inserir de forma mais efetiva na sociedade, enquanto outros, com menos apoio, enfrentaram desafios adicionais. E por isso, é fundamental que as políticas públicas considerem a diversidade das juventudes e suas necessidades, garantindo acesso à educação, saúde e emprego, para promover uma transição saudável e sustentável para a vida adulta (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019/2020).

Essa reflexão evidencia a urgência de políticas públicas que ofereçam suporte adequado aos egressos, pois, sem um planejamento e apoio estruturado, as desigualdades se perpetuam, impactando negativamente o futuro desses indivíduos. Portanto, é essencial que políticas públicas sejam analisadas constantemente e reformuladas, assegurando aos jovens, independentemente da época ou localidade, um maior suporte com relação a orientação profissional, emocional e acompanhamento pós-desligamento. A experiência dos participantes, reafirma a necessidade de um sistema que tenha como princípio, não somente o acolhimento físico, mas sim uma integralidade de cuidados e garantias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral compreender as vivências de pessoas que completaram a maioria no serviço de acolhimento institucional. Observou-se que a maioria dos participantes experimentaram uma profunda sensação de desamparo, agravada pela ausência de rede de apoio e pela falta de preparação para o desligamento por parte da instituição. Tais condições impactaram diretamente na autoconfiança e autonomia dos participantes, gerando um quadro de insegurança e vulnerabilidade, especialmente no momento de sua transição para a vida adulta e enfrentamento dos inúmeros desafios fora do acolhimento.

Os resultados evidenciaram que, após o rompimento do vínculo com a instituição, os participantes apresentaram incertezas em relação ao futuro. Essa situação fez com que desenvolvessem sentimentos de medo e desesperança,

**Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário
Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.**

alimentando o temor de não serem capazes de lidar com as responsabilidades inerentes à vida adulta. Esses jovens, muitas vezes desprovidos de uma rede de apoio, precisaram adaptar-se às circunstâncias, enfrentando dificuldades significativas. Em algumas ocasiões, foram obrigados a retornar à instituição em busca de cuidados ou orientação, devido à ausência de suporte adequado fora do ambiente de acolhimento.

Outro aspecto relevante a ser destacado é que a maioria dos participantes relatou a ausência de suporte emocional tanto durante o período de acolhimento quanto no processo de preparação para o desligamento. Essa carência de apoio emocional desencadeou sentimentos de inferioridade e baixa autoestima, deixando-os vulneráveis diante dos desafios emocionais que a saída da instituição inevitavelmente acarretava.

Observou-se ainda, apesar dos entrevistados terem perfis variados, idades distintas e estarem inseridos em contextos diversos, os desafios enfrentados permaneceram inalterados ao longo dos anos. O temor diante do futuro e a ausência de apoio institucional se mantiveram constantes, independentemente das variações temporais ou individuais. Destacou-se, ainda, a ausência de apoio governamental e de políticas públicas efetivas que assegurassem a garantia dos direitos desses jovens após o desligamento institucional, presentes tanto na vivência de Joana, que vivenciou o processo de desligamento há décadas, quanto na vivência de Rafael, que está vivenciando este processo, o que revela/denúncia a inanição do Estado frente a necessidade de criação de políticas públicas para essa população.

De modo geral, este estudo reitera a necessidade de que o governo e os profissionais envolvidos no acolhimento institucional compreendam a relevância e a urgência de buscar maior conhecimento sobre o tema, além de se capacitarem adequadamente para apoiar os jovens que enfrentam a transição à maioridade e, simultaneamente, o desligamento da instituição. Conclui-se, portanto, que os resultados desta pesquisa podem contribuir significativamente para a atuação dos profissionais, promovendo uma reflexão profunda sobre as práticas de cuidado voltadas a essa população e incentivando o desenvolvimento de estratégias eficazes de intervenção e manejo para oferecer um atendimento mais qualificado e sensível às necessidades específicas desses jovens.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. Autonomia em serviços de acolhimento. **Cadernos Jurídicos da Escola Paulista da Magistratura**. São Paulo, n. 64, p. 129-145, out./dez 2022. Disponível em: <https://epm.tjsp.jus.br/Publicacoes/CadernoJuridico/94916?pagina=1>. Acesso em: 02 out. 2024.

BARROS, M. M. L. DE. Trajetórias de jovens adultos: ciclo de vida e mobilidade social. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 71–92, jul. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/DP63npdp5Mm7NtFWjsvvNJH/#>. Acesso em: 02 out. 2024

BARROS, M. E. D. M. T. **Quando eu sair**: uma análise dos jovens egressos do acolhimento institucional pela maioria e o papel do Estado. 2024. 118 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2023. Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/4908>. Acesso em:

BOLWBY, J. **Cuidados maternos e saúde mental**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Orientações técnicas para serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília: CONANDA, 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf. Acesso em: 26 set. 2024

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006**. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/resolucoes/resolucao-no-113-de-19-04-06-parametros-do-sgd.pdf/view>. Acesso em: 02 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 13563, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://bit.ly/42G1G6i>. Acesso em: 02 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Censo do Sistema Único de Assistência Social – Censo SUAS 2019**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Balanço do Sistema Nacional de Juventude: 2019-2020**. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/governanca/BALANCO_SNJ.pdf. Acesso em: 05 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, DF: Conanda; CNAS, Secretaria

**Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário
Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.**

Especial dos Direitos Humanos, 2006. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf. Acesso em: 02 out. 2024.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados**. São Paulo: Artes Médicas, 1996.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L.; PASINATO, M. T.; KANSO, S. Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. **Última década**. Santiago, v. 12, n. 21, p. 11-50, dez. 2004. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362004000200002. Acesso em: 04 out. 2024.

CARVALHO, M. M. **Acolhimento Institucional: desafios para a reinserção social dos jovens**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020. 88 p.

EBRAHIM, S. G. Adoção tardia: altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 73-80, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/ijprc/a/RXZYKnVGfRtgw8R5TyLvScJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 set. 2024.

FIGUEIRÓ, M.E.S.S. **Acolhimento institucional: a maioria e o desligamento**. 2010. 135 f. Dissertação (Mestrado Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Natal, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/17469/1/MarthaESS_DISSERT.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

MENDES, A.R.L. O acolhimento institucional prolongado e a integração dos adolescentes não adotados na sociedade. 2020. 23 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Direito) - Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2020. Disponível em: <https://ri.ucsal.br/server/api/core/bitstreams/5abb5003-cd71-4149-9e23-08b486390e52/content>. Acesso em: 4 out. 2024.

NASCIMENTO, A. C. Q; RATES, J. P. A; SILVA, G. M. L; PINTO, L. L. C. S. Filhos do Estado: Desacolhimento Institucional por Maioridade. **RevistaFt**. Rio de Janeiro, v. 26, ed. 115, out. 2022.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FIELDS, R. D. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (TJSP). **Relatório do levantamento: adolescentes em situação de acolhimento institucional que irão completar a maioria**. São Paulo: TJSP, 2018. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/Download/CoordenadoriaInfanciaJuventude/Pdf/RelAdolescentesSitAcolhimento.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

VETOS, B. Futuro de jovens egressos dos serviços de acolhimento é incerto no Brasil. **Revista Narrativa Social**, [s.l.], [s.v.], ed. 30, out. 2023. Disponível em:

**Trabalho de conclusão de curso de Psicologia do Centro Universitário
Barão de Mauá para obtenção do título de bacharel.**

feac.org.br/futuro-de-jovens-egressos-dos-servicos-de-acolhimento-e-incerto-no-brasil-2/. Acesso em: 28 set. 2024.